

O CUIDADO DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA ÀS PESSOAS  
TRANSGÊNEROS COM AIDS  
NURSING CARE IN PRIMARY CARE FOR TRANSGENDER PEOPLE WITH AIDS

---

**Camila Vieira Batista**

Graduanda do Curso de enfermagem do Centro Universitário São José.

**Ingrid Guedes Lima**

Graduanda do Curso de enfermagem do Centro Universitário São José.

**Janaina Pinto Janini**

Prof. Dr. Em Enfermagem

**Bruno Barbosa Leal**

Prof. Me. Em Enfermagem

**RESUMO**

**Objetivo:** O estudo visa descrever o cuidado de enfermagem na Atenção Primária à saúde de pessoas transgêneros com HIV. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura caráter exploratório, com abordagem quantitativa. **Resultados:** Dos 55 artigos encontrados e com o nosso método de exclusão e inclusão, foram selecionados 9 artigos que compuseram essa revisão integrativa com base na nossa questão norteadora e o objetivo desse estudo. **Conclusão:** Observamos com a realização da pesquisa que há uma precariedade nos estudos sobre essa população, sendo que é de suma importância da promoção à saúde direcionada ao controle das doenças sexualmente transmissíveis e abolição do estigma e o preconceito.

**Palavras-chave:** HIV, enfermagem e transexuais.

**ABSTRACT**

**Objective:** The study aims to describe nursing care in Primary Health Care for transgender people with HIV. **Methods:** This is an integrative literature review of an exploratory nature, with a quantitative approach. **Results:** Of the 55 articles found and with

our exclusion and inclusion method, 9 articles were selected that comprised this integrative review based on our guiding question and the objective of this study.

**Conclusion:** We observed from carrying out the research that there is a precariousness in studies on this population, and it is extremely important to promote health aimed at controlling sexually transmitted diseases and abolishing stigma and prejudice.

**Keywords:** HIV, nursing and transsexuals.

### **INTRODUÇÃO:**

A transexualidade é uma questão relacionada exclusivamente a identidade e ocorre quando uma pessoa se identifica com o gênero oposto ao que lhe foi atribuído. Entre as pessoas que se identificam como sendo transexuais, podemos identificar duas vivências distintas, a mulher transexual e o homem transexual. Mulher trans é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher, e homem trans é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem (LOPES, 2021).

O termo cisgênero é importante de ser compreendido e é o oposto do termo transexual, é atribuído as pessoas que se identificam com o gênero que foi atribuído ao nascimento (LOPES, 2021).

A transexualidade durante muitos anos foi considerada uma patologia e muitas pesquisas foram realizadas ao longo dos anos abordando-a por uma perspectiva patológica. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tornou público em junho de 2018 a versão mais atual do Código Internacional de Doenças (CID) o CID-11. Nesta nova versão a transexualidade deixa de figurar como transtorno de identidade de gênero, o que a caracterizava enquanto doença mental e passa a ser classificada na área da sexualidade, sendo denominada como incongruência de gênero (LOPES, 2021).

A heteronormatividade cuja ordem busca a coerência entre corpo, sexo e gênero é um ato performativo que marginaliza a existência de outras possibilidades, atuando como um dispositivo biopolítico que busca a regulação e o controle da sociedade através dos corpos dos sujeitos. Essa ordem acarreta grandes dificuldades para as vivências trans em diversos contextos sociais (LOPES, 2021).

Levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) revela que, em 2022, 131 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. Outras 20 tiraram a própria vida diante da discriminação e do preconceito presente na sociedade

brasileira. Os dados constam no “Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras”, que foi entregue ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) (Ministério dos direitos humanos 2023).

Do total de 151 pessoas trans mortas em 2022, 65% dos casos foram motivados por crimes de ódio, com requinte de crueldade. 72% dos suspeitos não tinham vínculo com a vítima. De acordo com o relatório, a identidade de gênero é um fator determinante para essa violência (Ministério dos direitos humanos 2023).

LGBTfobia é o preconceito e a discriminação ocorrida em virtude da orientação sexual ou da identidade de gênero, ou seja, vai além da homofobia, lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia (CASSIA *et al*, 2020).

A Política Nacional de Saúde LGBT é um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil criada em 2009 e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade. É também um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2013).

A visibilidade das questões de saúde da população LGBT deu-se a partir da década de 1980, quando o Ministério da Saúde adotou estratégias para o enfrentamento da epidemia do HIV/Aids em parceria com os movimentos sociais vinculados à defesa dos direitos de grupos gays (BRASIL, 2013)

Nesse processo estão sendo implantadas ações para evitar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde. Este deve ser um compromisso ético-político para todas as instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), de seus gestores, conselheiros, de técnicos e de trabalhadores de saúde (BRASIL, 2013).

O processo de descentralização da atenção a pessoas que vivem com o vírus da imunodeficiência humana (PVHIV) aconteceu inserido no movimento de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, a partir de 2002. O acesso a exames (inclusive testes rápidos) e a distribuição gratuita da Terapia Antirretroviral (TARV) pelo Sistema único de Saúde (SUS) facilitaram esse deslocamento (SMIDERLE *et al*, 2022).

Vislumbra-se que os atributos da APS tenham potência para o enfrentamento de dificuldades relacionadas ao tratamento e das repercussões sociais, morais e afetivas relacionadas à doença, garantindo acesso, integralidade e equidade e protegendo os direitos das pessoas em maior vulnerabilidade (SMIDERLE et al, 2022).

Diante do exposto, foi formulada a seguinte questão norteadora: Como o cuidado de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) pode contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida de pessoas transgêneros com AIDS?

## **1.2. OBJETIVOS**

### **1.2.1 OBJETIVO GERAL**

O estudo visa descrever o cuidado de enfermagem na Atenção Primária à saúde de pessoas transgêneros com HIV, tendo como objetivo descrever cuidados com as práticas sexuais e levar informações a sociedade sobre a população transgênero que convive com essa doença e como funciona esse cuidado.

### **1.2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO**

Aprimorar os cuidados de enfermagem para esse público alvo e reconhecer as possíveis condutas dos profissionais de saúde no atendimento à essa população.

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

Cerca de 1,9% da população adulta brasileira, ou aproximadamente 4 milhões de pessoas, são transgênero e não binárias, segundo levantamento feito pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp). Foi apenas em maio de 2018, durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, que a transexualidade deixou oficialmente de ser considerada uma doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS), depois de ter sido mantida na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) como transtorno mental por 28 anos. A CID é um cadastro com códigos para enfermidades, problemas de saúde e lesões, atualizada periodicamente pela OMS. Pela nova edição da CID 11, a transexualidade passa a integrar agora a categoria de “condições relacionadas à saúde sexual”, sendo classificada como “incongruência de

gênero”, ou seja, um sentimento de profunda angústia devido ao conflito entre a identidade da pessoa e o gênero a ela atribuído no nascimento.

Este trabalho foi realizado devido a carência de estudos feitos sobre esse tema que é de muita importância e relevância nos dias atuais, sendo um assunto bem presente na nossa realidade e que é tratado com desdém na maioria das vezes pela falta de informação e capacitação dos profissionais de enfermagem

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. A SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA: AIDS**

A AIDS é a doença causada pela infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), que ataca o sistema imunológico e deixa o organismo vulnerável a outras infecções e doenças oportunistas. O HIV é um retrovírus que se liga ao receptor CD4 na superfície dos linfócitos T, células responsáveis pela defesa do organismo. O vírus penetra na célula, integra seu material genético ao DNA da célula hospedeira e se replica, destruindo os linfócitos e reduzindo a capacidade imunológica (BRASIL, 2022).

Em 2019, cerca de 38 milhões de pessoas viviam com HIV no mundo, sendo 1,7 milhão de novas infecções e 690 mil mortes relacionadas à AIDS. A região mais afetada é a África Subsaariana, com 20,7 milhões de pessoas vivendo com HIV. No Brasil, estima-se que 920 mil pessoas vivam com HIV, sendo que 89% delas foram diagnosticadas e 77% estão em tratamento antirretroviral (UNAIDS, 2019).

O diagnóstico da infecção pelo HIV é feito por meio de testes que detectam a presença de anticorpos anti-HIV ou do próprio vírus no sangue ou na saliva. Os testes podem ser realizados em serviços de saúde ou em casa, com kits de auto teste disponíveis nas farmácias. O resultado deve ser confirmado por um exame laboratorial. O diagnóstico da AIDS é feito quando a pessoa apresenta alguma doença oportunista ou quando o número de linfócitos T CD4+ fica abaixo de 200 células/mm<sup>3</sup> (BRASIL, 2022).

O tratamento da infecção pelo HIV consiste no uso de medicamentos antirretrovirais, que impedem a multiplicação do vírus e fortalecem o sistema imunológico. O tratamento é gratuito e oferecido pelo SUS para todas as pessoas vivendo com HIV. O

tratamento adequado reduz a carga viral a níveis indetectáveis, o que significa que o vírus não é mais transmissível por via sexual (BRASIL, 2022).

As principais formas de prevenção da infecção pelo HIV são: usar preservativo em todas as relações sexuais; não compartilhar seringas, agulhas ou objetos cortantes; fazer o teste regularmente; usar a profilaxia pré-exposição (PrEP) ou a profilaxia pós-exposição (PEP) em situações de risco, evitar a transmissão vertical (de mãe para filho) durante a gravidez, o parto e a amamentação (BRASIL, 2022).

A profilaxia é o conjunto de medidas que visam prevenir a infecção pelo HIV. Existem dois tipos de profilaxia: a pré-exposição (PrEP) e a pós-exposição (PEP). (BRASIL, 2022)

PrEP é a tomada de comprimidos antes da relação sexual, que bloqueiam a entrada do vírus no organismo. A PrEP é indicada para pessoas que têm maior risco de se expor ao HIV, como aquelas que não usam preservativo regularmente, que têm parceiros soropositivos, que usam drogas injetáveis ou que fazem sexo transacional. A PrEP pode ser diária ou sob demanda, dependendo da frequência e do planejamento das relações sexuais. A PrEP é eficaz se tomada corretamente, reduzindo o risco de transmissão do HIV em até 90% (BRASIL, 2022).

PEP é a tomada de comprimidos após uma situação de risco, como sexo desprotegido, violência sexual ou acidente com material contaminado. A PEP deve ser iniciada o mais rápido possível, preferencialmente nas primeiras 2 horas e no máximo em até 72 horas após a exposição. A PEP dura 28 dias e tem o objetivo de eliminar o vírus antes que ele se estabeleça no organismo. A PEP é eficaz se iniciada precocemente, reduzindo o risco de transmissão do HIV em até 80% (BRASIL, 2022).

A população transgênero é desproporcionalmente afetada pelo HIV em comparação com a população cisgênero. Um estudo global mostrou que as pessoas transfemininas têm um risco 66 vezes maior de contrair o vírus do que as pessoas cisgênero, enquanto as pessoas transmasculinas têm um risco 6,8 vezes maior (MAGNO et al, 2019).

A prevalência do HIV entre as pessoas transfemininas é de 19,9% e entre as pessoas transmasculinas é de 2,56%. Essa vulnerabilidade é influenciada por fatores

como estigma, discriminação, violência, exclusão social, uso de hormônios e silicone injetável, sexo desprotegido e sexo transaciona (MAGNO et al, 2019).

## **2.2. DESAFIOS E AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO NO BRASIL**

A população transgênero é formada por pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascer, podendo ser mulheres trans, homens trans ou pessoas não binárias. Essa população enfrenta diversos desafios para garantir seus direitos e sua saúde no Brasil, um país marcado por altos índices de violência, discriminação e exclusão social contra as pessoas trans (BRASIL, 2015).

Segundo o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2020, o Brasil registrou 175 assassinatos de pessoas trans, sendo o país que mais mata essa população no mundo.

No campo da saúde, as pessoas transgênero também sofrem com a falta de acesso aos serviços de saúde, a precariedade da assistência, o despreparo dos profissionais, o estigma e o preconceito. Esses fatores aumentam a vulnerabilidade dessa população a diversos agravos, como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), HIV/AIDS, depressão, suicídio, uso de drogas, automedicação hormonal e silicone industrial (MAGNO *et al*, 2019).

Diante da situação de vulnerabilidade social e sanitária que a população transgênero enfrenta no Brasil, é fundamental que o Estado brasileiro desenvolva e implemente políticas públicas de saúde voltadas para essa população, reconhecendo suas especificidades e demandas (ROCON et al, 2019).

Nesse sentido, alguns avanços podem ser destacados nos últimos anos, como a criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), em 2011, que tem como objetivo promover a equidade e a qualidade da atenção à saúde dessa população no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de ações de promoção, prevenção e atenção integral à saúde (BRASIL, 2013).

A regulamentação do processo transexualizador no SUS, em 2008 e 2013, que garante o acesso à cirurgia de redesignação sexual e ao acompanhamento multiprofissional para pessoas trans que desejam adequar seu corpo à sua identidade de gênero, seguindo critérios clínicos e éticos (ROCON *et al*, 2019).

A implementação da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e da Profilaxia Pós-Exposição (PEP) para prevenir a infecção pelo HIV entre as pessoas transgênero, que têm um risco muito maior de contrair o vírus do que a população cisgênero, consistindo na tomada de comprimidos antes ou após uma situação de risco, bloqueando a entrada do vírus no organismo, como parte da prevenção combinada do HIV, associada ao uso de preservativo e ao teste regular para o HIV e outras ISTs (BRASIL, 2013).

A garantia do direito ao uso do nome social e do reconhecimento da identidade de gênero nos serviços de saúde, sem necessidade de cirurgia ou laudo médico, respeitando a forma como a pessoa se identifica e se expressa em relação ao seu gênero, garantindo sua dignidade e cidadania (BRASIL, 2013).

A capacitação dos profissionais de saúde para atender as pessoas transgênero com respeito, acolhimento e qualidade, sem preconceito ou discriminação, sensibilizando-os sobre as questões de gênero e diversidade sexual, bem como fornecendo-lhes conhecimentos técnicos sobre as necessidades específicas das pessoas trans em relação à saúde (BRASIL, 2013).

Esses avanços representam conquistas importantes para a população transgênero no Brasil, mas ainda são insuficientes para garantir uma atenção integral e equitativa a esse segmento social (BRASIL, 2013).

Alguns dos desafios que ainda persistem são: a ampliação da oferta e da qualidade dos serviços de saúde voltados para a população trans, especialmente nas regiões mais carentes e afastadas dos grandes centros urbanos, onde muitas pessoas trans ainda enfrentam dificuldades para acessar os serviços de saúde, seja pela falta de vagas, pela distância, pelo custo ou pela burocracia; a garantia da continuidade e da sustentabilidade das políticas públicas de saúde para a população trans, que podem sofrer retrocessos ou descontinuidades em função de mudanças políticas, econômicas ou ideológicas, exigindo que as políticas públicas sejam baseadas em evidências científicas e em direitos humanos, e que contem com o apoio e a participação da sociedade civil organizada e a promoção de uma cultura de respeito à diversidade e de combate à violência e à discriminação contra as pessoas trans, que são fatores que afetam diretamente a saúde e o bem-estar dessa população, exigindo que as pessoas trans sejam reconhecidas como sujeitos de direito e cidadania, e que tenham acesso à educação, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à segurança pública (ROCON *et al*, 2019. p. 6).



Em suma, as políticas públicas de saúde para a população transgênero no Brasil são fundamentais para garantir o direito à saúde dessa população, bem como para promover a equidade e a justiça social. No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados para que essas políticas sejam efetivas e abrangentes. Para isso, é necessário que haja um compromisso do Estado brasileiro, dos gestores e dos profissionais de saúde, bem como uma articulação com os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos das pessoas trans.

### **2.3. A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DA ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO TRANS NA APS**

O atendimento de qualidade na Atenção Primária à Saúde (APS) é fundamental para garantir o bem-estar e a qualidade de vida de todos os cidadãos, independentemente de sua identidade de gênero. No entanto, a população transgênero frequentemente enfrenta desafios e barreiras no acesso a serviços de saúde adequados devido ao preconceito, à falta de conhecimento e à discriminação. Nesse contexto, a capacitação dos profissionais de saúde é essencial para assegurar uma abordagem acolhedora, inclusiva e respeitosa às necessidades específicas dessa população (DA CRUZ SILVA *et al*, 2021).

No entanto, para que a APS possa cumprir esse papel, é necessário que os profissionais de saúde que atuam nesse nível sejam capacitados para atender as pessoas trans com respeito, acolhimento e qualidade, sem preconceito ou discriminação. Entre esses profissionais, destaca-se o papel da Enfermagem, que é responsável por realizar diversas atividades na APS, como: consulta de enfermagem; acolhimento; visita domiciliar; educação em saúde; coordenação do cuidado; entre outras (DA CRUZ SILVA *et al*, 2021).

A capacitação da Enfermagem no atendimento à população trans na APS é importante para garantir que essas atividades sejam realizadas de forma adequada às necessidades e às demandas dessa população, respeitando sua identidade de gênero, seu nome social e sua autonomia. Para isso, algumas estratégias podem ser adotadas (DA CRUZ SILVA *et al*, 2021).

A realização de cursos de capacitação sobre as questões de gênero e diversidade sexual, bem como sobre as necessidades específicas das pessoas trans em relação à saúde, abordando temas como: conceitos básicos de identidade de gênero e orientação sexual, direitos humanos e cidadania das pessoas trans, processo transexualizador no SUS, hormonioterapia, prevenção de ISTs/HIV/AIDS, saúde mental, violência e vulnerabilidade social, entre outros. Esses cursos podem contribuir para ampliar o conhecimento e a sensibilidade dos profissionais de Enfermagem sobre a realidade e as demandas da população trans, bem como para atualizar suas práticas de acordo com as normas e os protocolos vigentes (DA SILVA BRAGAGNOLO *et al*, 2023. p. 86).

A utilização de recursos tecnológicos para facilitar o acesso à informação e à educação permanente em saúde sobre a população trans, como: plataformas virtuais, aplicativos, vídeos, podcasts, cartilhas, manuais, protocolos, entre outros. Esses recursos podem auxiliar os profissionais de Enfermagem a se manterem informados e atualizados sobre as questões relacionadas à saúde da população trans, bem como a disseminarem essas informações para outros profissionais, gestores e usuários do SUS (SBMFC, 2020).

A aproximação entre o ensino e o serviço de saúde, por meio de parcerias entre as instituições formadoras e as unidades de saúde da APS, possibilitando a inserção dos estudantes e dos docentes nas práticas de cuidado às pessoas trans, bem como a troca de saberes entre os profissionais e os acadêmicos (SANTOS *et al*, 2019).

Essa aproximação pode favorecer a integração entre a teoria e a prática, a formação crítica e reflexiva dos futuros profissionais de Enfermagem, a qualificação do ensino e da assistência em saúde, bem como a produção de conhecimento científico sobre a saúde da população trans (SANTOS *et al*, 2019).

A criação de espaços coletivos de aprendizagem significativa no cotidiano do trabalho em saúde, como: rodas de conversa, oficinas; grupos operativos, reuniões de equipe, matriciamento, entre outros. Esses espaços podem possibilitar o diálogo, a reflexão, a problematização, a construção coletiva e a transformação das práticas de cuidado em saúde, envolvendo os profissionais de Enfermagem, os demais membros da equipe multiprofissional, os gestores e os usuários do SUS (SANTOS *et al*, 2019).

A participação das pessoas trans nas atividades de capacitação dos profissionais de Enfermagem da APS, seja como palestrantes, facilitadores ou colaboradores,

contribuindo com suas vivências, demandas e saberes. Essa participação pode enriquecer o processo educativo, valorizar o protagonismo das pessoas trans, fortalecer o vínculo entre os profissionais e os usuários do SUS, bem como promover o respeito à diversidade e aos direitos humanos (SANTOS *et al*, 2019).

#### **2.4. CUIDADOS DE ENFERMAGEM À POPULAÇÃO TRANSGÊNERO COM AIDS NA APS**

De acordo com a Política Nacional de Atenção Básica, de 2017, o Enfermeiro é um profissional importante para essa articulação, pois atua diretamente na gestão, no planejamento e na assistência nos diferentes espaços da APS (BRASIL, 2017).

Por conseguinte, o profissional da enfermagem, na APS, deve conhecer a comunidade e estabelecer vínculos, realizar e supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco de acordo com protocolos estabelecidos, promover ações de prevenção de doenças e proteção à saúde, identificar os problemas de saúde individuais e coletivos, implementar e manter atualizados rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS, trabalhar com grupos, respeitando e interagindo com as diferenças culturais, demonstrar conhecimento dos problemas da saúde da população, bem como dos determinantes sociais, dentre outros (CHAGAS *et al*, 2023).

Diante disso, os cuidados de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) para a população trans com AIDS são fundamentais para garantir o bem-estar e a dignidade dessas pessoas. É essencial compreender suas necessidades e demandas, sempre respeitando sua identidade de gênero, nome social e autonomia. Para proporcionar um atendimento adequado, alguns aspectos devem ser considerados (DUARTE *et al*, 2020).

Primeiramente, é crucial reconhecer a diversidade de gênero e sexualidade humana, evitando estereótipos, preconceitos e discriminações. Utilizar o nome social e o pronome adequado à identidade de gênero da pessoa trans é uma maneira de demonstrar respeito e acolhimento (UNAIDS, 2021).

Ao realizar a anamnese e o exame físico, é importante agir com sensibilidade e cuidado, levando em conta as particularidades anatômicas e fisiológicas das pessoas trans (UNAIDS, 2021).

A solicitação de exames complementares deve seguir os protocolos clínicos vigentes, garantindo uma abordagem adequada (OKANO, 2022).

A orientação sobre os benefícios e riscos da hormonioterapia, assim como o acompanhamento de seus efeitos, também faz parte dos cuidados de enfermagem. A prescrição de hormônios deve ser feita por um médico especialista, mas o enfermeiro pode administrá-los (OKANO, 2022).

Além disso, é fundamental prevenir e tratar Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), HIV/AIDS, disponibilizando testes rápidos, profilaxia pré-exposição (PrEP), profilaxia pós-exposição (PEP), tratamento antirretroviral (TARV), preservativos masculinos e femininos, entre outros insumos (CHAGAS et al, 2023).

O enfermeiro deve orientar as pessoas trans sobre as formas de prevenção combinada, os cuidados com a saúde sexual e reprodutiva, os sinais e sintomas das ISTs/HIV/AIDS, bem como os benefícios do diagnóstico precoce e tratamento adequado (CHAGAS et al, 2023).

É fundamental promover a saúde mental das pessoas trans com AIDS, oferecendo acolhimento psicossocial, escuta qualificada, apoio emocional e encaminhamento para serviços especializados, se necessário (OKANO, 2022).

O enfermeiro precisa estar atento às questões psicossociais que podem afetar a qualidade de vida e adesão ao tratamento, tais como estigma, discriminação, violência, depressão, suicídio, uso de drogas, entre outras (CHAGAS et al, 2023).

É essencial a articulação com a rede de atenção à saúde para garantir o acesso das pessoas trans com AIDS aos serviços especializados em processo transexualizador, como endocrinologia, psiquiatria, psicologia, cirurgia plástica, entre outros (DA SILVA et al, 2022).

O enfermeiro deve acompanhar longitudinalmente as pessoas trans com AIDS, coordenando o cuidado em rede e facilitando o fluxo entre os diferentes níveis de atenção (DA SILVA et al, 2022).

A educação em saúde é um elemento-chave, tanto para as pessoas trans com AIDS como para a comunidade em geral, com o objetivo de promover a saúde, prevenir agravos, reduzir estigmas e valorizar a diversidade. Para isso, estratégias educativas devem favorecer o empoderamento, a autonomia e a participação social das pessoas

trans com AIDS, ao mesmo tempo em que sensibilizam a comunidade para o respeito aos direitos humanos e à cidadania dessa população (OKANO, 2022).

Esses cuidados abrangentes têm o potencial de melhorar significativamente a qualidade de vida e a saúde da população trans com AIDS na APS, além de fortalecer os laços entre os profissionais de Enfermagem e os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) (UNAIDS, 2021).

X

X

X

## **METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa que se utilizou a pesquisa bibliográfica que segundo Sousa et al (2021) representa um fator fundamental para o ponto de partida da pesquisa científica, um método usado para coletar dados e informações sobre um tópico desejado com base em artigos científicos já publicado.

A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento (ERCOLE et al, 2014).

De acordo com o método de processamento selecionado, a revisão foi realizada em seis etapas: 1) Elaboração da pergunta norteadora; 2) busca ou amostragem na literatura; 3) coleta de dados; 4) análise crítica dos estudos incluídos; 5) discussão dos resultados; 6) apresentação da revisão integrativa (ERCOLE et al, 2014).

Seguindo o método e as etapas pertinentes, definiu-se a seguinte questão norteadora: Como o cuidado De enfermagem na Atenção Primária à Saúde pode contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida de pessoas transgêneros com AIDS?

Para o levantamento da busca ou amostragem na literatura que compreende a segunda etapa, foram selecionados os descritores em Ciências da Saúde 'transexuais,' 'HIV' e 'enfermagem.' Após a seleção, os descritores foram associados como auxílio do

operador booleano AND para averiguação dos artigos que correspondiam a temática pela plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

As combinações e resultados foram: Transexuais and HIV and Enfermagem com resultados de 26 artigos, Transgêneros and cuidado and aids and atenção Primária à Saúde, com resultados de 11 artigos, Aids and transexuais and Enfermagem, com resultados de 18 artigos, somando 55 artigos selecionados,

Posteriormente, passamos aos critérios de inclusão, texto completo disponível na base de dados, no idioma português, inglês e espanhol. Devido a escassez de materiais encontrados, foi utilizado uma busca reversa como recurso de pesquisa adicional.

**Fluxograma 1-** Fluxograma de organização do processo de busca dos dados com os critérios de inclusão e exclusão

quadro

Fonte: Elaborado pelos autores.

## RESULTADOS

Durante o processo de busca obteve-se 9 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão e exclusão.

**TABELA 1 – ARTIGOS SELECIONADOS EM BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE NO ANO DE 2023.**

<b>BASE DE DADOS/ AUTORES/ ANOS</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>INTERVENÇÕES ESTUDADA</b>	<b>RESULTADOS OBTIDOS</b>
---	---------------	------------------------------	---------------------------

LILACS ABREU et al. 2019	1. Qualidade de vida de mulheres transexuais com HIV/AIDS	A compreensão e a integralidade do cuidado de pessoas transgêneros com AIDS/HIV de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT.	Destacou-se que mulheres transexuais lidam diariamente com o preconceito social, representações de abjeção, sendo a união do grupo transexual um importante mecanismo de enfrentamento.
LILACS GÓIS et al. 2020	2. Representações sociais de profissionais do sexo homossexuais, travestis e mulheres transexuais sobre a síndrome da imunodeficiência adquirida	A importância da prevenção e promoção da saúde e enfermagem, da inclusão de estratégias de educação em saúde voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica	O estudo possibilitou uma reflexão aos profissionais de da saúde e enfermagem para a sensibilização da disseminação do conhecimento e promoção da saúde, destacando-se que as informações que chegam para a sociedade nem sempre são adequadas e satisfatórias sobre o que os profissionais do sexo sabem e conhecem sobre o HIV e a AIDS para efetivar o planejamento de ações para este grupo.
BDENF SOUZA et al.	3. Perfil dos usuários de uma	A estratégia da inclusão da PrEP, busca a	Quanto à prevenção as infecções sexualmente

2022	<p>unidade especializada do Paraná sobre profilaxia pré-exposição ao HIV/AIDS</p>	<p>adaptação às necessidades de prevenção, incluindo medidas para apoiar o uso dos preservativos visando a prevenir a ISTs entre os usuários.</p>	<p>transmissíveis, os resultados apontaram apenas duas pessoas com a infecção, 55,76% referiram usar preservativo todas as vezes. Em relação à adesão à profilaxia, nota-se que metade (50%) dos respondentes informou boa adesão medicamentosa. Os dados também indicaram que 46,16% desistiram ou abandonaram a PrEP e que 3,84% apresentaram contraindicação à medicação e descontinuaram a profilaxia.</p>
LILACS GÓIS et al. 2020	<p>4. Representações sociais de mulheres transexuais vivendo com HIV/AIDS.</p>	<p>Processo saúde/doença envolve dimensões individuais, coletivas e programáticas. A primeira aos conhecimentos, informações e atitudes mediante os problemas que podem interferir nas condutas protetivas, a</p>	<p>O corpus foi composto por seis textos que corresponderam às falas das entrevistadas e submetido à análise para obtenção da CHD. Obtiveram-se, após o processamento do corpus, 338 segmentos de texto, relacionando</p>



		segunda trata dos aspectos econômicos, religiosos e sociais no processo saúde-doença.	1.695 palavras que ocorreram 11.909 vezes. Ressalta-se que a CHD reteve 100% do total de ST, visto que obteve-se o aproveitamento total do corpus analisado, deste, geraram-se 3 classes: classe 3, com 111 ST, correspondendo a 32,84% do total de 338 ST; classe 2, com 139 ST, correspondendo a 41,12% do total de 338 ST; e classe 1, com 88 ST, correspondendo a 26,04% do total de 338 ST.
LILACS SILVA et al. 2020	5. Vulnerabilidade em saúde das jovens transexuais que vivem com HIV/AIDS	O estigma referente ao HIV/ AIDS as mulheres transexuais, que culmina em rejeição social e a falta de qualificação da informação sobre o risco a qual elas estão expostas.	Evidenciou-se a compreensão das vulnerabilidades às singularidades atreladas aos fatores de exposição ao HIV/AIDS.

<p>MEDLINE KRAKOWER et al. 2017</p>	<p>6. Diferentes experiências com profilaxia pré-exposição em Boston entre lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Especialista e generalista em atenção básica</p>	<p>Especialista e generalista LGBT descrevem uma estrutura sobre como abordaram as decisões sobre prescrever ou não o uso da PrEP a pacientes específicos (se tivessem experiências com PrEP), ou como abordariam essas decisões (se não tivessem experiência com PrEP).</p>	<p>Entre os 31 prestadores entrevistados, a idade média era de 39 anos, 45% eram mulheres e 77% eram brancos. Um quarto dos participantes relatou orientação sexual homossexual/gay ou queer. Os médicos eram generalistas no centro médico acadêmico (61%) ou especialistas LGBT no centro de saúde comunitário (39%). Quase todos os participantes eram médicos. Os especialistas LGBT tinham mais experiência na prescrição de PrEP e na prestação de cuidados clínicos a pacientes infectados pelo VIH do que os generalistas.</p>
<p>LILACS ABREU et al. 2019</p>	<p>7. Mulheridade transexual e a emergência pelo transfeminismo: retórica do HIV/AIDS à luz da teoria de queer</p>	<p>A necessidade de adoção de medidas que visem minimizar as injustiças cometidas as transexuais femininas que desde cedo sofrem estigma e preconceito</p>	<p>Evidenciou-se o contexto de acometimento pela epidemia do HIV/AIDS a partir das vulnerabilidades de origem individual, contextual e programática, além da</p>

			emergência pelo transfeminismo, que surge mediante a demanda pela garantia de direitos à “mulheridade” transexual no enfrentamento das vulnerabilidades em Saúde que limitam o alcance à vida saudável e digna.
IBECS FONTE et al. 2017	8. Fatores associados ao uso do preservativo entre jovens homens que fazem sexo com homens	Apesar do uso de preservativos no grupo populacional jovem ser maior do que em qualquer outra faixa etária, características socioculturais dos jovens ainda dificultam a decisão pelo uso de preservativo, como a crença na invulnerabilidade e na imprevisibilidade de relações.	No que tange ao uso do preservativo, 135 (61,4%) dos entrevistados relataram utilizar sempre, 80 (36,4%) utilizam às vezes e 5 (2,3%) nunca usam. No sexo oral o uso do preservativo é inverso, 175 (79,6 %) não utilizam, 32 (14,5%) às vezes fazem uso e apenas 13 (5,9%) entrevistados utilizam sempre. A primeira relação sexual (sexarca) ocorreu em média aos 15,74 anos, tendo mediana de 15,5, moda de 16 e desvio-padrão de 2,35. O preservativo foi utilizado

			<p>na primeira relação sexual por 144 (65,5%) entrevistados, enquanto que 76 (34,5%) não fizeram uso desse método de prevenção. Na última relação sexual 162 (73,6%) usaram o preservativo e 58 (26,4%) não usaram. Em relação aos parceiros sexuais, 86 (39,1%) relataram que alguma vez na vida tiveram parceiros que se recusaram a utilizar o preservativo. Indagados sobre uma situação hipotética de atração sexual por uma pessoa, mas que não tivesse preservativo no momento, a atitude relatada por 188 (85,8%) entrevistados seria de recusar a se relacionar sexualmente.</p>
LILACAS RONCON et al 2016	9. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao sistema único de saúde	As dificuldades vividas por pessoas transgênero/transexuais nos serviços de saúde no SUS.	O desrespeito ao nome social nos serviços de saúde, a trans/travestifobia nos serviços de saúde e o diagnóstico patologizante

			no processo transexualizador se apresentaram como principais impedimentos ao acesso universal, integral e equânime pelos participantes desta pesquisa ao SUS.
--	--	--	---

## DISCUSSÃO

### **O uso da profilaxia pré-exposição na atenção primária pelo público LGBTQIA+.**

Os avanços nas estratégias de prevenção, como a Profilaxia Pré-exposição ao HIV (PrEP), representam uma nova oportunidade para reduzir a incidência do HIV, haja vista a lenta diminuição do número de adultos contraindo o HIV e o aumento de alguns grupos susceptíveis a exposição ao vírus (SOUZA et al, 2022).

De acordo com estudos de Souza et al (2022), um grande desafio para a implementação da PrEP como direito à prevenção é pensar como criar a oportunidade, garantindo autonomia e dignidade, que sustente a liberdade de todos os princípios fundamentais. A Profilaxia Pré-Exposição ao HIV enfatiza um direito necessário à construção da dignidade humana, uma emergência do direito à liberdade sexual, como um fator relevante e decisivo a ser considerado pelo SUS, buscando a quebra dessa cadeia epidemiológica de transmissão do HIV.

Para Abreu et al (2020), percebe-se que os impactos de epidemia produzidos ao longo da história refletem as relações sociais, culturais e da política do estado mínimo dos países mais acometidos pelo HIV/aids e as desigualdades sociais (sexismo e

racismo), quanto o capital desigual, mediante a vulnerabilidade de origem individual, social e programática, fatores limitantes para o alcance da vida digna e saudável.

Para Fernandes et al (2017), com a criação em 2010 da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestir e Transexuais, fica evidente para o cenário brasileiro a importância do cuidado que atenta as demandas e as especificidades desse grupo, além de convocar os profissionais de saúde, gestores e sociedade civil a trabalharem juntos na perspectiva da visibilidade e acesso dessa população ao cuidado integral.

### **Preconceitos na Atenção Primária à Saúde e no cuidado à pessoas transgêneros.**

Segundo Abreu et al (2019) o cuidado e a qualidade de vida das pessoas transgêneros depende da compreensão e da integralidade do cuidado na Atenção Primária à Saúde, que é a porta de entrada para que essa população se sinta acolhida e queira voltar para seguir um tratamento adequado. Ainda nas palavras de Abreu et al (2019), essa população muito afetada pelo preconceitos injustiças na maior parte da sua vida, visando uma grande necessidade de adoção de medidas que visem minimizar tais fatos que ocorrem com frequência, aumentando ainda mais o preconceito em cima dessas pessoas.

Um dos eixos de importância observado na consolidação do tema foi que a desinformação e a negligência de orientações impactam não só no atendimento dessa população, como também no resultado das ações de saúde da APS, alimentando o preconceito e a rejeição dessa população.

De acordo com Silva et al (2020), Rocon et al (2016) e Góis et al (2020) o estigma e a falta de informação referente a AIDS/HIV é algo que culmina e alimenta a rejeição social e a onda de preconceitos para com essas pessoas. O que na maioria dos casos pode ser desmistificado pelos profissionais de saúde, que as vezes negligenciam essas orientações, podendo resultar em um grande aumento do risco de exposição pela falta de informação. São inúmeras as dificuldades vividas por pessoas transgêneros nos serviços de saúde no SUS, principalmente na APS, onde foi descrito preconceito com

relação ao nome social, a falta de informação para ser repassada e é o que faz o paciente não querer voltar a unidade para manter um tratamento digno. Com isso, é de suma importância a prevenção e promoção de saúde, inclusão e estratégias de educação em saúde feita pela enfermagem para que esse estigma diminua e essas pessoas em situação de vulnerabilidade se sintam acolhidas e sintam também que ali é um lugar seguro e que podem voltar sem medo de sofrer algum tipo de preconceito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observamos com a realização da pesquisa que há uma precariedade nos estudos sobre essa população, sendo que é de suma importância da promoção à saúde direcionada ao controle das doenças sexualmente transmissíveis e abolição do estigma e o preconceito. A intenção desse estudo foi contribuir para a reflexão da atuação da enfermagem frente à prevenção e cuidados na população LGBTQIA+, e aos processos vigentes na atenção primária. Os resultados apontam que existe necessidade de ampliação das ações preventivas que atendam a essa clientela especificamente, garantindo que essa população receba atendimento empático e tenha direitos iguais a todos independente da sua identidade de gênero, o que hoje ainda é um fator amplamente negligenciado, dificultando a assistência prestada e distanciando essa população da universalidade prevista no Sistema Único de Saúde.

## **REFERÊNCIAS**

- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2020. **Disponível em:** <https://antrabrasil.org/category/violencia/> **Acessado em:** 18/07/2023
- Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, 2022. **Disponível em:** <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/hiv-aids> **Acessado em:** 18/07/2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Prevenção Combinada. PrEP (Profilaxia Pré-Exposição), 2022. **Disponível em:** <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/prep-profilaxia-pre-exposicao/prep-profilaxia-pre-exposicao> **Acessado em:** 18/07/2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. **Disponível em:** [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf) **Acessado em:** 18/07/2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017. **Disponível em:** [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html) **Acessado em:** 18/07/2023.

CHAGAS, Manoella Alves Carneiro; DOS SANTOS, Adriano Maia; DE JESUS, Naila Neves. Cuidados de enfermagem à população transgênero na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Disponível em:** <https://revistas.udea.edu.co/index.php/iee/article/download/353004/20810926?inline=1> **Acessado em:** 18/07/2023.

DA SILVA, Andriane Ribeiro et al. O papel do Enfermeiro à População Trans no acesso aos Serviços de Saúde na Atenção Primária. Research, Society and Development, v. 11, n. 11, p. e551111134009-e551111134009, 2022. **Disponível em:** <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34009> **Acessado em:** 18/07/2023.

DUARTE, Douglas Dias et al. A perspectiva do enfermeiro no cuidado diante da pessoa trans. Research, Society and Development, v. 9, n. 4, p. e61942845-e61942845, 2020. **Disponível em:** <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2845> **Acessado em:** 18/07/2023.



DA CRUZ SILVA, Alana Alves et al. Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária. Revista de Divulgação Científica Sena Aires, v. 10, n. 2, p. 291-303, 2021. **Disponível em:** <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/721/633> **Acessado em:** 18/07/2023.

DA SILVA BRAGAGNOLO, Marilene Neves. O atendimento a pessoas transexuais e travestis na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. Saúde Coletiva (Barueri), v. 13, n. 86, p. 12520-12536, 2023. **Disponível em:** <https://www.revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3093> **Acessado em:** 18/07/2023.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. Revista menineira de Enfermagem v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014. **Disponível em:** <https://pesquisa.bvsalud.org/enfermeria/resource/pt/lil-716875> **Acessado em:** 14/08/2023.

LOPES, Diego Trindade. A participação de atletas trans no voleibol: analisando os discursos de técnicos e atletas. 2021. **Disponível em:** [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/23040/1/DiegoTrindadeLopes\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/23040/1/DiegoTrindadeLopes_Dissert.pdf). **Acessado em:** 18/03/2023.

Ministério Dos Direitos Humanos, 2023. **Disponível em:** <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/131-pessoas-trans-perderam-a-vida-em-2022-no-brasil-aponta-dossie#:~:text=131%20pessoas%20trans%20foram%20assassinadas%20em%202022%20no%20Brasil%2C%20aponta%20dossi%C3%AA,-Governo%20recebe%20documento&text=Levantamento%20realizado%20pela%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional,trans%20foram%20assassinadas%20no%20Brasil>. **Acessado em:** 18/03/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Política Nacional De Saúde Integral De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestir e Transexuais, 2013. **Disponível em:** [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf) **Acessado em:** 18/03/2023.

MAGNO, Laio et al. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00112718, 2019. **Disponível em:** <https://www.scielo.br/j/csp/a/8rxk9ZKGG9GWhCTXW7QBskh/?lang=pt> **Acessado em:** 18/07/2023.

OKANO, Sérgio Henrique Pires. Cuidados integrais à população trans: o que cabe ao atendimento na atenção primária à saúde (APS)?. BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista, v. 19, p. 1-40, 2022. **Disponível em:** <https://periodicos.saude.sp.gov.br/BEPA182/article/view/37729> **Acessado em:** 18/07/2023.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. Trabalho, educação e saúde, v. 18, 2019. **Disponível em:** <https://www.scielo.br/j/tes/a/NGpjbDZLqR78J8Hw4SRsHwL/?lang=pt> **Acessado em:** 18/07/2023

SMIDERLE, Clarice de Azevedo Sarmet Loureiro; FAVORETO, Cesar Augusto Orazem. Desafios das práticas de cuidado na Atenção Primária à Saúde a pessoas que vivem com HIV. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 18, n. 45, p. 3218-3218, 2023. **Disponível em:** <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3218/1819> **Acessado em:** 22/03/23.

Santos, Juliana Spinula dos, Rodrigo Nogueira da Silva, and Márcia de Assunção Ferreira. "Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem." Escola Anna Nery 23 (2019). **Disponível em:** <https://www.scielo.br/j/ean/a/dzYKmcYv3MTJN3ZXVRN75Kg/?lang=pt> **Acessado em:** 18/07/2023.

SBMFC. Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2020. **Disponível em:** <https://www.sbmfc.org.br/noticias/o-atendimento-de-pessoas-trans-na-atencao-primaria-a-saude/>. **Acessado em:** 18/07/2023.

UNAIDS. Cartilha de Saúde LGBTI+. Políticas, instituições e saúde em tempos de COVID-19, 2021. **Disponível em:** [https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-04/2021\\_04\\_16\\_CartilhaSaudeLGBT.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-04/2021_04_16_CartilhaSaudeLGBT.pdf) **Acessado em:** 18/07/2023.

UNAIDS/WHO. HIV/Aids, 2019. **Disponível em:** [www.unaids.org](http://www.unaids.org) **Acessado em:** 18/07/2023.